



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**  
**FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

**PARCERIA PÚBLICO PRIVADO NA EDUCAÇÃO INFANTIL NO DISTRITO  
FEDERAL E A PRIVATIZAÇÃO DO PÚBLICO.**

**JÚLIO CÉSAR C. DE SANTANA**

Brasília- DF

2018

**JÚLIO CÉSAR C. DE SANTANA**

**PARCERIA PÚBLICO PRIVADO NA EDUCAÇÃO INFANTIL NO DISTRITO  
FEDERAL E A PRIVATIZAÇÃO DO PÚBLICO.**

Trabalho Final de Curso apresentado como  
requisito parcial para obtenção de título de  
Licenciado em Pedagogia, à Comissão  
Examinadora da Faculdade de Educação de  
Brasília sob a orientação da Prof. Dra.  
Catarina de Almeida Santos.

Brasília

2018

**PARCERIA PÚBLICO PRIVADO NA EDUCAÇÃO INFANTIL NO DISTRITO  
FEDERAL E A PRIVATIZAÇÃO DO PÚBLICO.**

Trabalho Final de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção de título de Licenciado em Pedagogia, à Comissão Examinadora da Faculdade de Educação de Brasília sob a orientação da Prof. Dra. Catarina de Almeida Santos.

**Comissão Examinadora:**

---

Prof. Dra. Catarina de Almeida Santos  
(Orientadora)

---

Prof. Dra. Andréia Mello Lacé  
(Examinadora)

---

Prof. Dra. Danielle Xabregas Pamplona Nogueira  
(Examinadora)

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelo seu infinito amor e misericórdia. Por ter me resgatado e restaurado minhas forças e me dado um novo sentido para viver.

Agradeço a minha mãe, sem palavras para descrever o quanto a senhora é importante na minha vida. Dona Carminha a senhora é uma rainha.

Ao meu pai Júlio, aos meus irmãos Alex e Gabriel, meus sobrinhos Enzo e Alan, minha cunhada. Família em primeiro lugar.

Agradeço a Deus pelas vidas da Thaís, da Geovana, da Geyze, da Catarina, da Fabiana, da Kelly, da Egilde, Elza, da Nanah, e da Camila. Mulheres incríveis, grandes amigas que passaram em minha vida e nunca as esquecerei.

A vidas dos meus Pastores, Marcos, Vanni, Cassiano, Rubenita. Que Deus os abençoe grandiosamente. Obrigado pelas orações e cuidado.

A todas as instituições, grupos e movimentos que participei e me ajudaram a construir meus pensamentos. Cia teatral Sem Comentários, Corporis, Radicais Livres S/A, Movimento Cultural Supernova, Igreja Apostólica Renascer em Cristo, Partido dos Trabalhadores, Cia Teatral Três Amiguinhos, Ser Criança, Igreja Apostólica Manancial. E a todas e todos que fazem partes dessas instituições, muito obrigado.

Aos meus amigos que partiram muito cedo e não puderam estar aqui para partilhar desse momento. Saudades.

Aos meus amigos e familiares que nunca desistiram de mim. São tantas pessoas para agradecer, mas Deus sabe o quanto os amo e sou grato a cada um.

A professora Catarina que me acolheu, que me ajudou, que me orientou e tem sido uma figura extremamente importante nesse momento derradeiro nesta Universidade.

Obrigado a todos e que Deus os abençoe e ilumine vossos caminhos.

*“Nenhum homem pode fugir de seu destino”  
Sófocles*

## **RESUMO**

A presente monografia analisa se a efetivação dos Cepis no DF se constituem em processo de privatização dessa etapa da educação básica. É analisado ao longo do texto o que é público e privado, as parcerias públicas privadas no âmbito da educação. Refletiu-se sobre a educação infantil e o as políticas públicas para esta etapa da educação mais especificamente sobre o Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil – ProInfância.. Por fim, analisou-se o cenário dos Centro Educacionais da Primeira Infância – CEPIs no Distrito Federal. A ideia do presente texto é entender os rumos que a educação infantil está tomando no DF. A pesquisa dialogou com vários pensadores, a partir do estudo de vários textos, afim de extrair os conceitos de público e privado e PPPs na Educação. Através de documentos oficiais, buscou-se entender a construção do que está ocorrendo no DF hoje nos Centros Educacionais da Primeira Infância. E o que se entende é que há um processo de sucateamento visando a terceirização e por conseguinte a privatização dos espaços públicos.

Palavras-chave: Educação infantil, CEPIs, ProInfância, Parceria Público Privado.

## **ABSTRACT**

This monograph examines whether the implementation of Cepis in the Federal District constitutes a process of privatization of this stage of basic education. It is analyzed throughout the text what is public and private, public partnerships in the private sphere of education. Reflections were made on early childhood education and public policies for this stage of education, specifically on the National Program for Restructuring and Acquisition of Equipment for the Public School Network of Early Childhood Education - ProInfância. Early Childhood Education Center - CEPIs in the Federal District. The idea of the present text is to understand the directions that the infantile education is taking in the DF. The research dialogued with several thinkers, from the study of several texts, in order to extract the concepts of public and private and PPPs in Education. Through official documents, we sought to understand the construction of what is happening in DF today in the Early Childhood Education Centers. And what is understood is that there is a process of scrapping aimed at outsourcing and therefore the privatization of public spaces.

Keywords: Children's education, CEPIs, ProInfancia, Public-Private Partnership

## SUMÁRIO

<b>Introdução</b>	<b>01</b>
<b>Capítulo I – O público e o privado: Conceitos e definições</b>	<b>02</b>
<b>Capítulo II Direito a Educação Infantil no Brasil: programas, ações e omissões</b>	<b>15</b>
<b>Capítulo III – Os Centros Educacionais da Primeira Infância – CEPI no Distrito Federal e a privatização da oferta.</b>	<b>23</b>
<b>Considerações Finais</b>	<b>30</b>
<b>Referências</b>	<b>32</b>

## MEMORIAL

Inquietação pode definir minha vida. Aconteceram tantos fatos e tantas mudanças em minha mente, em meus conceitos que de fato a cada ano sou um novo ser. Mas há algo que sempre permeou essa inquietação, que foi um senso de lutar pelo coletivo. Um senso de pertencimento a um lugar, um povo e que devo buscar meios para que esse povo tenha uma vida de qualidade, unidade e paz. Sempre me interessei por educação, cultura e política. Sempre. E sempre acreditei que os três andavam lado a lado. Um tripé que sustenta nossa sociedade. E quando me refiro à cultura, falo de arte, de produção artística e cultural. Um povo não vive sem arte, um povo não vive sem educação e um povo não vive sem política.

Nasci no ano de 1984, no estado de Pernambuco, mais especificamente no bairro do Ibura, e sendo mais específico ainda, em uma favela chamada Três Carneiros. Sou filho de uma babá e de um vendedor ambulante ou mascate, mas na minha cidade chamamos de prestanista, pois ele vendia as coisas a prazo, ou a prestação, para pessoas que não tinham condições de abrir créditos em lojas. Tenho mais dois irmãos, um mais velho, filho da minha mãe de um relacionamento anterior ao do meu pai. E um mais novo, filho do meu pai com outra pessoa pós minha mãe.

Acredito que os anos iniciais de minha vida foram fundamentais para minha formação, tanto que defendo isso até hoje, os anos iniciais são de suma importância para a formação de valores nos indivíduos. Crescer em uma favela foi um grande desafio, pois desde cedo aprendemos o que é não ter, não ter saneamento básico, não ter infraestruturas governamentais e não ter solidão, afinal, apesar do cenário muitas vezes deprimente, o ambiente foi de muita união, crianças brincando e se divertindo juntas, vivendo uma descoberta do mundo de maneira coletiva e harmoniosa, outra coisa que trago comigo até hoje, a necessidade de aprender em grupo.

Porém outra leitura que rapidamente fazemos em cenários assim é a da violência. Assassinatos, grupos de extermínios, ladrões ou “almas sebosas”, como são chamados nesta região. Enfim, além de aprender a descobrir o lado divertido da infância juntos, juntos, também, aprendemos a nos proteger e sobreviver.

Meus pais não tinham muitas condições financeiras, apesar de não pagarmos aluguel, as contas eram sempre apertadas, porém eles se esforçaram muito para não faltar nada para mim. E uma das coisas que minha mãe queria é que eu tivesse uma boa

educação, portanto ler era fundamental. A saída que encontraram para que eu pudesse ter acesso a livros foi trabalhosa, mas engenhosa. Vale lembrar que como a maioria das favelas e municípios do Brasil, na minha não havia bibliotecas, nem creches públicas ou algo do tipo. Voltando a história, meus pais tinham um casal de amigos que vendiam enciclopédias médicas e as famosas barsas, durante uma conversa descobriu-se que se meus pais os ajudassem nas vendas dessas enciclopédias eles poderiam ao invés de receber dinheiro receber outros tipos de livros, assim, tanto meu pai quanto minha mãe, ajudava a vender essas enciclopédias e na hora de receber, eles escolhiam títulos que a editoria tinha, foi assim que minha infância ganhou outras cores e outras possibilidades, mesmo sem saber ler eu achava fantástico ter livros em casa, passava horas folheando sem entender nada, mas fascinado. Toda visita que chegava a minha casa era obrigada a ler alguma coisa para mim, a ponto de deixar minha mãe envergonhada. Eu de fato dormia com os livros, acordava com eles, porém não entendia as palavras e isso me incomodava. Até que chegou o dia D na minha vida de não leitor, eu acordei de madrugada, peguei uns livros e acordei minha mãe para ela ler para mim, a mesma ficou muito brava e disse que no outro dia começaria a me ensinar a ler para poder ter sossego na vida.

As aulas começaram em casa, minha mãe, que só estudou até a quarta série do ensino fundamental, começou a abrir as portas de um novo mundo para mim. Era incrível descobrir cada letra e ver a mesma se repetir em vários lugares. Pouco tempo depois meu pai, com outra troca de favores, conseguiu me matricular numa pré-escola particular. Eu era um dos poucos da vizinha a ir para uma escolinha particular, não sabia ainda o que era status quo, mas sentia todo o diferencial que era ir para a escola com um uniforme de uma cor diferente dos outros, era marrom. E não era uma escola qualquer o nome da escola era Guimarães Rosa, depois que cresci percebi o quanto simbólico aquilo tinha sido estudar na escola que levava o nome de um dos maiores autores da literatura mundial. Entretanto todo esse status acabava quando tirava o uniforme e ia brincar com meus colegas na rua, éramos iguais.

Fui alfabetizado nessa escola pelo método tradicional, aprendi a ler e li muito, lia tudo que aparecia. Chegava da escola e já ia ler. Descobri vários contos infantis e livros de história do Brasil e história geral. Aprendi como o mundo pode ser incrível, fantástico, cruel e triste. Lia livros de história, mesmo com oito anos eu queria saber quem eram aqueles homens que mudaram o mundo através da política, do poder, da força ou da diplomacia e da paz. Lia sobre Mandela, Hitler, Stalin, Júlio César (óbvio) e etc. Os livros



também abriram meus olhos para as artes e nesse mesmo período quis ser ator e fazer filmes ou novela, afinal à hora do lanche era a hora que passava filmes e perto da hora de dormir passava novela na televisão; não sabia que existia o teatro, mais uma falha de um sistema governamental que não propicia a comunidades mais carentes opções de lazer de qualidade. Portanto meu mundo era livros e filmes.

Não sei se por ser tão fissurado por livros ou pelo processo ser discreto, porém não percebi que meus pais estavam se separando. A coisa só ficou clara quando eles não moravam mais juntos e tive que escolher entre viver em Recife com meu pai ou me mudar para Brasília com minha mãe. Decidi que não teria mais praias, nem mangues e nem família por perto. Agora era só eu e minha mãe em uma terra chamada Brasília, logo que cheguei percebi que não era em Brasília que iria morar, mas sim na periferia do Distrito Federal, um lugar chamado São Sebastião. Lugar esse que mudaria minha vida e me levaria direto para a política, para as artes e para a educação.

Os primeiros meses no Distrito Federal foram muito solitários. Vivi basicamente dentro de casa e o pior sem livros. Passado algum tempo fui estudar em uma escola que não tinha nome de autor famoso e tão pouco era particular, contudo foi lá que uma nova etapa começava em minha vida, fui estudar no Centro de Ensino Nº 01 de São Sebastião. Estudei seis anos nesta escola e foi lá que tive contato com a política e com as artes.

O Centrão, como até hoje é chamada a supracitada escola, não foi inaugurada como outras, ela foi ocupada por professores e alunos que estudavam em um galpão no centro da cidade, galpão este que não tinha a menor condição de abrigar uma escola, devido às péssimas condições os professores não aguentaram esperar o termino da construção da escola e reuniram os alunos e foram para dentro da escola. Este fato foi muito importante, antes de mais nada para me fazer refletir sobre o porquê deixar pessoas em locais inapropriados para o estudo. Estudar era tão importante. Eu não entendia, mas percebi que quando o Estado não faz, nós fazemos. Outro fator importante para mim foi a construção de uma identificação e carinho que nos alunos tivemos para com a escola, pois no primeiro ano da escola, ano em que fui estudar lá, éramos nós que lavávamos a escola, os banheiros, pintamos, colocamos as lâmpadas e plantamos as arvores, todo esse processo foi de suma importância para minha formação como educador, hoje acredito que uma escola de verdade é aquela onde você olhe tenha a marca da mão da comunidade escolar.

A escola era uma ilha cercada por uma terrível guerra de gangues e muitas vezes as aulas eram interrompidas por conta dos tiros na porta da frente da mesma. Era um misto de alegria, por finalmente estar em um espaço digno de se estudar e ao mesmo tempo o medo da violência adentrar os muros da escola. Contudo isso nunca aconteceu, nunca a violência atravessou os muros.

Desta vez eu morava em um lugar onde havia uma biblioteca, a Biblioteca do Caic e também descobri uma banca de revista que vendia livros antigos. Além de pegar livros na biblioteca a minha mesada era destinada a compra de livros. Descobri a literatura internacional, livros de aventura, romance policial, suspense e afins preenchiam a parte superior da minha cômoda. Poucos amigos e muitos livros era o resumo de minha vida no DF.

Porém algo mudou no primeiro ano, uma professora de artes chamada Vanessa di Farias começou a ministrar aulas de artes na nossa escola e foi aí que eu descobri o teatro e a literatura teatral. Foi amor à primeira vista o que senti pelo teatro. Começou nas aulas normais, ler encenar Gil Vicente e outros autores nacionais. Lembro-me até hoje, o primeiro texto teatral que escrevi foi uma crítica política, onde dois políticos discutiam e iam se transformando em macacos. Eu tinha 15 anos, e fui bastante elogiado por esse trabalho. Percebi que era por aí que eu queria seguir a vida.

Logo em seguida veio o convite de fazer parte de um grupo teatral da escola e participar do I Festival de Teatro na Escola, a coisa que eu mais amava era ir duas vezes por semana e nos finais de semana ensaiar o texto Dois Idiotas Sentados Cada Qual no Seu Barril da Ruth Rocha. Um texto extremamente político e com uma linguagem acessível. Percebi que era possível fazer com que as pessoas entendessem coisas mais complexas utilizando a arte.

Fazer oficinas aprender a me expressar através da palavra falada, das emoções que elas carregam foi uma revolução em minha vida. Lembro da dificuldade que os nossos pais tiveram em ir assistir à peça, pois na época não tinha acesso fácil ao CCB. Percebi que seria difícil pra minha mãe ver minhas peças. Mas segui em frente com o sonho de fazer teatro de fazer faculdade de artes cênicas na UnB. Fiz a primeira etapa do PAS e fui muito bem.

No segundo ano do ensino médio, II Festival de Teatro na Escola, como o texto o Auto do Guerreiro do Penacho Vermelho, de um autor de Brasília. Foi aí que eu animei

mais com a ideia de escrever. Não somente ler textos dos outros, ideias dos outros, mas escrever algo, colocar no papel minhas ideias, meus ideais, meus sentimentos, tudo o que eu quisesse. Era algo novo para mim. Fui com mais entusiasmo para o PAS e fui muito bem de novo. Tão bem que sabia que com a segunda nota já era o bastante para entrar na UnB em artes cênicas.

No terceiro ano não participaríamos da parte competitiva do festival, mas foi quando conheci o movimento de educação popular, conheci ONGs que trabalhavam arte e educação e mais uma vez passei por uma transformação. Compreendi que além de ler e de escrever eu poderia incentivar a leitura, ajudar pessoas a descobrir o prazer da leitura. E ao final do terceiro ano eu passei em artes cênicas na UnB e fazia parte de um grupo de teatro formado por jovens com o intuito de levar textos que suscitassem a reflexão dentro da comunidade sobre assuntos polêmicos. Utilizamos o teatro para falar sobre a importância de se usar camisinha, para combater o mosquito da dengue, para lutar pela nossa cidade. Arte e política andando juntos mais uma vez.

Fizemos parcerias importantes como a Casa Paulo Freire, entidade voltada para a alfabetização de adultos; fizemos saraus para os educandos, agora não eram mais alunos, eram educandos. Foi um processo de crescimento coletivo. Sentia-me como na infância onde coletivamente nos divertíamos e aprendíamos coisas importantes sobre o mundo.

Conhecer a UnB é transformador, ser o primeiro da sua família a entrar na Universidade é impactante. O filho da babá estudando junto com o filho do advogado e do médico. Era muito bom. Porém o departamento de artes da UnB me frustrou, uma coisa que ainda não sabia sobre a Universidade é que em muitos aspectos ela está distante do povo como um todo, ser da UnB tinha um status quo, mas diferentemente da minha infância não gostava mais de ser distante. Acreditava e acredito que o conhecimento é construído em conjunto, porém senti o mundo das artes demasiado acadêmico e sem contato com algumas realidades do DF. E que quando você entra normalmente, terá que fazer uma escolha: se afastar da sua base. Não quis isso, amava as periferias, fazer teatro para burguês me incomodava. Minha cidade não tinha um teatro, e ainda não tem, aonde eu iria me apresentar? Como ensinar as pessoas a assistirem e entenderem o teatro? Como dialogar com os meus? Eu tinha muitos questionamentos que não estavam sendo sanados e tinha muitas necessidades que não estavam sendo supridas no departamento neste mundo das artes que me foi apresentado. A arte precisa incomodar. Larguei as cênicas.

Paralelo a isso fundei uma ONG cultural com meus amigos e comecei a fazer saraus em bares, escolas, igrejas, praças e afins. Todas as questões e necessidades que eu tinha estavam sendo supridas pelo movimento popular. Fizemos parcerias com outras ONGs e associações, educamos adultos, jovens e idosos, usando a arte como atrativo.

Nesse mesmo período me filiei ao Partido dos Trabalhadores, minha mãe ficou feliz, pois até hoje ela ama o Lula. Comecei a buscar mais formação nessa área. Descobri o que era política pública, políticas de cultura e fui avançando. A vida era militância e projetos culturais. Tinha a ideia que estava mudando a vida das pessoas. Percebi que não tínhamos pessoas capacitadas para formação de plateia para as apresentações culturais e que não tínhamos pessoas capacitadas para gerir e pensar os projetos da ONG. E foi aí que percebi que o que eu precisava era de uma formação em educação uma formação que dialogasse com o povo, conheci Paulo Freire e Augusto Boal. E entrei para a pedagogia.

Na pedagogia encontrei meu espaço, encontrei pessoas que de fato dialogavam e pensavam como eu. Senti que o terreno era bem mais fértil para meus sonhos e o diálogo era mais próximo dos meus ideais. Estudar educação tem sido fundamental na minha vida. Compreender os processos da prática educativa e entender como apreendemos as informações é de suma importância para minha vida.

Escolher trabalhar com políticas públicas seria o caminho natural, pois eu acredito que é necessário que nós pedagogos devemos entender e lutar por aquilo que fazemos.

Minha inquietação me fez percorrer vários caminhos, alguns levaram ao fracasso, outros ao sucesso. Arrependo-me de muita coisa que fiz e de muitas escolhas de tomei. Mas nunca é tarde para recomeçar e manter a caminhada.

De certa forma essa inquietude é para que outras pessoas não passem pelas dificuldades que passei. Para que jovens tenham mais facilidade de fazer sua arte, brincar e ir à escola.

Política, arte e educação são fundamentais para a transformação de uma sociedade. Isso que eu acredito e lutarei até o fim por uma sociedade menos desigual e mais artística, educada e com políticas mais justas.

## INTRODUÇÃO

Hoje em dia, diante de um cenário político tão intenso, em que manobras políticas são feitas a todo momento e interesses individuais se sobrepõe aos interesses coletivos. Se faz pertinente uma reflexão sobre como andam as políticas públicas existentes em nosso país e a quem elas atendem.

Entendendo que existe o interesse do setor privado nessas políticas para poder ampliar seus ganhos e suas áreas de influência e domínio. Como, também, existem governantes que buscam a desvalorização daquilo que é público em favorecimento de instituições privadas que mais tarde beneficiarão, de alguma forma, esses governantes.

E entre manobras políticas, interesses do setor privado e público está a população que é a que mais sofre e, aparentemente, menos entende o que está acontecendo com o cenário atual.

A presente pesquisa nasce de um questionamento: Em que medida a efetivação dos Cepis no DF não se constituem em processo de privatização dessa etapa da educação básica? E busca refletir justamente sobre a aliança entre o setor público e privado, as famosas Parcerias Público Privada (PPPs). Que tanto tem ganhado espaço no nosso país. Não só na construção civil ou na saúde, mas na educação também.

Na educação vemos ao longo dos anos uma ampliação dos tentáculos do setor privado em programas e projetos governamentais que deveriam ser públicos, mas que cada dia mais atendem aos interesses do setor privado.

Portanto, refletiremos sobre as PPPs na Educação Infantil do Distrito Federal. Para tal, o presente texto está dividido em três partes.

A primeira parte analisaremos sobre o que é público e o que é privado, como agem as PPPs e como se dá isso no campo da educação.

A segunda parte, vamos analisar o Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos da Rede Escolar Pública de Educação Infantil – PROINFÂNCIA.

A terceira, e última parte, refletiremos sobre os Centros Educacionais da Primeira Infância (CEPIS) e como está se dando o processo de terceirização desses espaços no Distrito Federal.

A intenção é fazer com que reflitamos sobre como os governantes estão aliançados com a iniciativa privada para que a mesma venha a gerir instituições que deveriam ser função do Estado.

## **Capítulo I**

### **O PÚBLICO E O PRIVADO: CONCEITOS E DEFINIÇÕES**

Podemos, inicialmente, definir público como aquilo que pertence a um povo ou a uma coletividade. Público é o que pertence ao Estado, público é o próprio Estado. Entendo que tudo que é do povo e para o povo se engloba no termo público. Pois é função do Estado atender de maneira equitativa e coletiva todas as demandas oriundas do povo.

Segundo ANTUNES (2017) o termo "público" remete para dois fenômenos distintos: em primeiro lugar ao que pode ser visto e ouvido por todos. Em segundo lugar, o termo "público" centra-se na ideia de comum a todos

Diante do exposto é importante frisar que é na esfera pública onde temos maior acessibilidade as coisas, pois o ideal é atender o coletivo de forma igualitária. O que já nos leva ao segundo ponto, onde o autor nos fala da ideia de comum. O ponto central de público está no conceito de que é comum a todos. Não há, ou não deveria haver, restrições a ninguém. Todos podem e devem usufruir dos bens, serviços e produtos públicos de maneira comum e partilhada.

Porém, o conceito de público, e consequentemente, o papel do Estado vem sofrendo mudanças ao passar dos anos. O debate sobre o que deve ser público ou não vem se intensificando.

A lógica subjacente é a desconstrução do papel do Estado de garantidor do público, do comum a todos, dos direitos sociais. Nesse sentido, a visão que vem sendo construída é de que o público é de baixa qualidade ou mal gerida. E isso é fruto não só de uma má gestão dos governantes daquilo que pertence ao coletivo, fortalecendo assim outros modelos de gestão em detrimento daquilo que é bem comum e deveria, ao meu ver, pertencer ao coletivo, mas de uma intencionalidade de privatização do público.

Kiefer defende a ideia de Barroso. Eu não entendi essa introdução e nem a citação

Após a Constituição de 1988 e, especialmente, ao longo da década de 90, o tamanho e o papel do Estado passaram para o centro do debate institucional. O intervencionismo do Estado não resistiu à onda mundial de esvaziamento do modelo no qual o Poder Público e as entidades por ele controladas atuavam como protagonistas do processo econômico. O modelo dos últimos vinte e cinco anos estava se exaurindo, sendo que o Estado chegou ao final do século

XX grande, ineficiente, com bolsões endêmicos de corrupção e sem conseguir vencer a luta contra a pobreza [...]Barroso (KIEFER, 201? On-line)

Para ela, o tamanho do Estado, dos serviços e bens públicos é um problema que impedem o crescimento nacional e o desenvolvimento econômico e social do Brasil. Porém, o que devemos refletir é que não é o Estado que está grande, mas sim mal gerido. Como disse antes, o fato da má gestão dos bens, recursos e equipamentos públicos geraram um declínio na qualidade do que pertence ao povo. E esse declínio é intencional, pois é de interesse de muitos governantes, devido aos seus vínculos com a iniciativa privada, o sucateamento de tudo que é público. Por exemplo, a ausência de transparência um dos fatores primordiais do conceito de público, é o maior responsável pelo esfacelamento da máquina pública e do Estado. E isso tudo é intencional, é planejado, é maquinado e arquitetado, por alguns governantes e setores da iniciativa privada.

Esse esfacelamento da imagem e dos recursos do que é público faz surgir uma nova concepção de gestão. Lazzarini e Thamer, trazem uma visão de Hood, que diz que essa reforma gerencial, que começou na década de 1980, ficou conhecida como a nova administração pública.

Essa nova administração pública ganha força no Brasil no início da década de 1990.

O então chamado Governo Fernando Henrique Cardoso propôs um programa de reformas do Estado, tudo visando a modernização da máquina estatal e otimização das funções e atividades do Estado. E foi nesse contexto que o Estado deixou de prestar e executar diretamente muitos serviços e obras, transferindo sua execução através de concessões, permissões, contratos de gestão e outras formas de parceria, em sentido lato, para entes privados, o que culminou, em 2004, na positivação das parcerias-público-privadas (em sentido estrito), através da Lei 11.079/04. (KIEFER,201?, on-line)

O que é público se vê ameaçado por uma pressão cada vez maior das instituições privadas e por vários setores da sociedade, principalmente a camada mais abastada financeiramente. O interesse deles é para que haja uma transferência daquilo que é bem comum, público, para as mãos da iniciativa privada. Em contraponto existe um movimento de resistência a esse avanço que o setor privado quer. É necessário entender que o no público e no coletivo onde existe as reais possibilidades de transformações sociais. Só aí.

É na esfera pública que podemos usufruir de maneira igualitária daquilo que é nosso. E quando falo em usufruir não falo somente de Leis, mas de recursos, liberdade de

pensamento, liberdade de acesso, a partilha, enfim, são vários itens que estão atreladas ao conceito de público e que gradativamente se perderão caso a iniciativa privada assuma a gestão e o controle.

## **PRIVADO**

O setor privado de uma economia é aquele que não é controlado pelo governo. O setor privado ganhou força ao longo dos anos devido, principalmente, a globalização. Segundo Eiras, 2008, na década de 1980, a globalização intensificou-se, estendeu-se, tornando-se cada vez mais influentes em todas as áreas – econômica, social e política. Uma forte hegemonia do capitalismo neoliberal imprimiu mudanças progressivamente mais fortes na vida socioeconômica da Europa, assim como dos EUA e também da América Latina.

Em uma sociedade democrática não há problema nenhum na existência do setor privado, muito pelo contrário, para o aquecimento da economia e o desenvolvimento de certas áreas, é de suma importância a existência da iniciativa, ou setor, privado. Mas....

Uma marca do setor privado é que tudo nessa área gira em torno do dinheiro e do lucro. Mesmo sendo uma fonte geradora de emprego e renda. O setor privado é focado em ganhar e no seu crescimento. É sempre bom deixar claro que o objetivo deste setor é o seu enriquecimento e a ampliação dos seus tentáculos de ação para poder gerar mais e mais lucros para seu dono ou associados.

Visando cada vez mais seu fortalecimento o setor privado vem se organizando em Corporações. Corporações é um grupo de pessoas que agem como se fossem um só corpo, uma só pessoa, buscando a execução de objetivos comuns. (Wikipédia).

O grande problema das corporações é o que alerta, Eiras sobre a influência na economia, na área social e política de uma determinada região ou país. As corporações por defenderem interesses próprios não se importam, ou aparentam não se importar, com o coletivo.

Essa modelo de setor privado dita regras e amplia seu espectro de ação dia após dia. Ao seu favor tem um crescimento da renda e o aquecimento da economia, mas são essas mesmas corporações as responsáveis pela manutenção das desigualdades sociais e econômicas no mundo. O desenvolvimento do setor de tecnologia, por exemplo, ao mesmo tempo que faz a comunicação ser mais eficaz e veloz, também é o mesmo setor



que cria máquina que substituem os humanos gerando desemprego e a falta de renda para maior parte da população mundial.

Ao se pensar no setor privado é necessária muita cautela, pois o mesmo é uma faca de dois gumes. E pensar em parcerias com o mesmo é de suma importância saber onde se está pisando, pois como foi supracitado as leis internas de empresas e corporações são mais importantes, para elas, do que as públicas.

Contudo, outro setor da iniciativa privada ganhou força, principalmente no Brasil devido aos benefícios de algumas leis. É o chamado terceiro setor.

Para Oliveira e Gimenez, 2009 a partir da mobilização da própria sociedade civil na tentativa de sanear suas necessidades, em decorrência da incapacidade por parte do Estado em atender às necessidades sociais da população, surgiu um movimento conhecido como Terceiro Setor.

E como já foi falado acima, mais um setor surge para suprir as falhas do Estado e ao mesmo tempo começa a influenciar, a economia, a parte social e política de uma região e nação. Portanto, seja através de empresas ou corporações, seja pelo terceiro setor, o privado tem ganhado força e espaço dentro de nossa sociedade.

Uma diferença básica entre empresas e terceiro setor são as finalidades, pois o terceiro setor surge sem fins lucrativos, tendo, em tese o desenvolvimento social como base dos seus trabalhos e suas ações.

Na década de 1980, as entidades formadas pela sociedade civil passaram a assumir de forma mais relevante a prestação dos serviços tidos como básicos e, por conseguinte, de responsabilidade do Estado. Assim, foram constituídas organizações nas mais diversas áreas de atuação. A partir desse período, o termo Terceiro Setor passou a ser utilizado com maior frequência (OLIVEIRA E GIMENEZ, 2009, p.85).

Essa área do setor privado surge justamente pela falha do Estado em pontos que são importantes para uma sociedade. E o Estado se atenta para isso e assume que de fato precisa de ajuda para poder gerir e tocar certas áreas que ele não daria conta sozinho.

Esse segmento se fortalece, no Brasil e ganha força e espaço. Só que as empresas, veem nesse setor uma forma de também ganhar e de ampliar seus tentáculos. Como dissemos acima, o governo de Fernando Henrique e depois o governo Lula, criam leis permitindo uma aliança maior entre o setor privado, seja a partir de empresas, seja pelo terceiro setor, com o próprio Estado. Dessa forma as parcerias público-privada ganham força e forma, e hoje são um modelo constituído de gestão, não só no nosso país.

O que veremos a seguir é como essas parcerias se dão e como elas estão interferindo nas políticas educacionais, principalmente no Distrito Federal.

## PARCERIA PÚBLICO-PRIVADO

Hoje vivemos um cenário onde as parcerias público-privado são uma realidade. E não só isso, mas cada dia mais vem se ampliando e se tornando uma forma mais comum de gestão dos governos. Porém esse modelo de gestão partilhada, através de convênios e parcerias não é recente e tão pouco começou no Brasil, porém aqui, em terra brasílica é onde o terreno está fértil para o surgimento e consolidação das parcerias entre o poder público e o setor privado.

“As PPPs nasceram na Europa na década de 1990 e se popularizaram na Inglaterra a partir do lançamento de um programa de políticas públicas conhecido como Project Finance Initiatives (PFIs). A partir do sucesso dessa iniciativa, o modelo se espalhou por diversos países.” (THAMER e LAZZARINI, 2015, p.823).

Mas o que são Parcerias Público-Privadas - PPPs? Para Eiras:

Não existe uma definição única de PPPs. PPP é um conceito sombrinha que cobre uma gama muito ampla de atividades econômicas, marcada por uma constante evolução. Para o Fundo Monetário Internacional - FMI - (TERMINASSIAN, 2004), a PPP é uma parceria constituída pelos setores públicos e privados, cujo objetivo central é transferir um serviço tradicionalmente administrado pelo setor público, ao setor privado. A utilização desse instrumento visa a utilização do financiamento do setor privado e sua capacidade de gestão de empreendimentos comerciais a longo prazo. As PPPs (LINKLATTERS, 2006) também são definidas como acordos instituídos entre uma esfera pública e uma esfera privada, tendo normalmente como meta a prestação ao público, pelo parceiro privado, de bens ou serviços; a colocação à disposição, pela entidade privada à entidade pública, de meios que lhe permitam desempenhar a sua função de modo mais eficiente. A PPP prevê sempre a remuneração por parte do usuário ao órgão prestador de serviço. (EIRAS, 2008, p. 129)

Já para Kiefer,

O termo PPP (public-private partnership) foi cunhado no Reino Unido e, em sentido amplo, se refere a qualquer instrumento que o Estado celebre com um ente privado visando realizar serviços, obras ou qualquer tipo de empreendimento visando à satisfação de interesse público. Na expressão parceria público-privada, público corresponde ao contratante, a Administração Pública. Privada é a pessoa física ou jurídica de direito privado, a parte contratada. Idem (KIEFER, 201?, on-line).

Thames e Lazarrini nos trazem uma visão mais local do conceito.

...conceituaremos as PPPs tal como estabelecido na legislação brasileira: parcerias cuja viabilidade econômico-financeira depende do pagamento de contraprestação pecuniária do poder público ao ente privado, dentre outras características específicas de duração, escopo e remuneração... (THAMER e LAZZARINI, 2015, p. 820)

A base dos três conceitos supracitados é o entendimento de que a iniciativa privada e o setor público são parceiros em uma gama de ações. A forma como essa parceria se dará varia de

situação para situação e de acordo com a legislação vigente. Um ponto importante que podemos extrair do conceito de Aires é que esse processo passou por uma constante evolução. O entendimento de que os resultados dessas parcerias têm sido satisfatórios impulsionam cada vez mais o interesse de ambos os lados.

Um ponto que Kiefer nos traz e que vale destacar é que as PPPs visam à satisfação pública. Porém, o que vemos, principalmente no Brasil, são essas parcerias privilegiando somente os governantes e a instituição que executa. Pois ainda há falta de transparência nesses processos.

Se por um lado as PPPs têm ganhado força e por outro a falta de transparência em todas as etapas do processo são um gargalo, por que as PPPs vem se fortalecendo tanto? O que faz o Estado se “render” a este tipo de parceria? Será somente a falta de estrutura do Estado?

Kiefer nos traz sua visão do Estado e reforça a importância das PPPs.

A constatação de que o Estado não possui recursos para os investimentos necessários e que também é geralmente um mau administrador, conduziu ao processo de transferência da execução de serviços e obras públicas para o setor privado. Mas o fato de determinados serviços públicos serem prestados por empresas privadas concessionárias não modifica sua natureza pública: o Estado conserva suas responsabilidades e deveres em relação a sua prestação adequada. Daí a privatização haver trazido drástica transformação no papel do Estado: em lugar de protagonista dos serviços, suas funções passam a ser as de planejamento, regulamentação e fiscalização das empresas concessionárias. (Kiefer, 2017, on-line).

Thamer e Lazzarini entendem que as PPPs visam aumentar o alcance e a magnitude das ações do governo, aproveitando-se das competências de execução do setor privado.

Porém o que Aires entende é que o capitalismo neoliberal imprimiu ao Estado sua marca, na medida em que este abandonou sua característica de agente controlador e articulador entre mercado e comunidade e não só se converteu em um servidor de mercado, como induziu a comunidade a fazer o mesmo.

Um ponto importante da visão dos autores é que o Estado está perdendo força e, principalmente, sua identidade. O papel do Estado vem sendo desvirtuado e o setor privado utiliza das fraquezas dos governos e ao mesmo tempo de suas competências para gerir para ditar os rumos das PPPs.

Portanto o que vimos sobre a satisfação pública, cai mais uma vez, pois o que de fato importa é o interesse do setor privado e não a satisfação pública. O Estado tem ficado refém, dependente da gestão, das expertises do setor privado. O mais desastroso é que tanto o Estado, como a própria iniciativa privada, vem difundindo que de fato a saída para os mais variados problemas existentes se encontra capacidade do setor privado. Que

conceitos como, qualidade, eficácia e eficiência, são conceito privados e dos quais o poder público não tem condições de oferecer ou promover totalmente.

Principalmente se pensarmos em um país como o Brasil onde o cenário político local é aterrador. Somos muito mal geridos e ainda sofremos bastante com a corrupção. Isso faz com o que o Estado sofra com um péssimo desenvolvimento econômico e social, fazendo a máquina pública depender da parceria com o privado para promover, em tese, ações mais efetivas. Veja que como você traz a discussão, parece que o setor público é ineficiente e o setor privado é muito eficiente

Kiefer partilha o pensamento do professor Aragão, quando o mesmo diz que:

Mesmo após as desestatizações ocorridas na década de noventa, o Estado ainda se manteve em grave crise fiscal, sem poder prestar, como deveria, até os serviços públicos essenciais, principalmente por falta de verba. Para ao menos se mitigar a crise fiscal, o Brasil deveria crescer, e, para isso, deveria reformar e ampliar sua infraestrutura, mas não possuía recursos suficientes. Buscando uma solução para esse impasse, surgiu a ideia das parcerias público-privadas no Brasil. (KIEFER, 201? On-line).

A ideia de parceria não surge, elas são construídas por um pensamento de privatização existente no início da década de 1990. Onde o Estado, de fato, não tinha condições de suprir as demandas sociais devido a um período de forte crise financeira. Já que não conseguiria suprir as tais demandas sociais a solução apresentada foi da privatização e de convênios e de parcerias.

As parcerias público-privadas surgem como uma tentativa de Estado e iniciativa privada dividirem os custos com a implantação de infraestruturas, já que nenhum deles teria condições de com elas arcar individualmente: o Estado por não ter condições financeiras, e a iniciativa privada porque a tarifa seria insuficiente (ou em alguns casos até inexistente) para cobrir todos os seus custos e a legítima margem de lucro do negócio. Na sequência, Aragão conclui: foi, sem dúvida, uma maneira de o Estado contornar a sua falta de caixa para investimentos e o esgotamento da sua capacidade de contrair novas dívidas. Note-se que o Estado acabou permitindo a participação de entes privados em setores estratégicos da economia, passando a atuar no planejamento, incentivo e fiscalização desses setores. Hoje, o Estado só intervém em casos excepcionais (artigos 173 e 174 da Constituição) e, como regulador, exerce grande parcela de controle sobre as atividades privadas. (KIEFER, 201?, on-line)

Em contraponto Eiras, não entende que as PPPs não são a tabua de salvação que Kiefer acredita ser, pois para ela há um aparelhamento do Estado pela iniciativa privada e este setor começa a ditar as regras do jogo, enquanto os governantes, convenientemente, permitem a ampliação das ações e da interferência em sua gestão.

O Estado não trabalha em conjunto com a iniciativa privada, ele cede espaço, ele deixa o palco livre. E, sendo assim, pode até perder o controle das ações de seus concessionários, de seus parceiros. Renata Lins (2006) é contundente ao definir PPP. Para ela as PPPs representam a volta do AMI

(Acordo Multilateral de Investimentos) a nível nacional, ou seja, trata-se de um mecanismo legal que permite às grandes corporações exercerem direitos extensos, deveres poucos, risco nenhum e lucro garantido. (EIRAS, 2008, 130)

Um ponto crucial nas parcerias são os limites e os riscos existentes. É necessário a partilha dos riscos, como também deixar claro a necessidade de limites para que a execução da parceria ocorra de maneira justa e clara.

O setor privado sabe, entende e manipula os riscos ao seu favor. Como dito anteriormente a iniciativa privada visa o lucro, o dinheiro, pois, por mais que o mesmo feche parceria com o Estado para a execução de algo interesse coletivo, o fim e principal foco deste setor é o lucro, o ganho. E para tal a inexistência de risco é a garantia de lucro.

No documento preparado pelo Departamento Fiscal de Finanças do FMI e aprovado por Teresa Ter-Minassian em 2004, uma PPP viável tem como base a distribuição otimizada de riscos entre as partes. O seguinte lema deve ser seguido: os riscos são transferidos a quem sabe melhor manejá-los. Além disso, o setor público nunca poderá desfazer-se de sua responsabilidade final pelo serviço frente ao cidadão. (EIRAS, 2008, p.130)

Contudo, essa partilha dos riscos é apenas uma falácia. O que temos de fato é o uso fruto dos recursos públicos para o atendimento de demandas, muitas vezes propostas pelo setor privado e que em quase nada atendem as reais necessidades do coletivo.

O que entendo é que de fato há nessas parcerias um novo modelo de privatização e busca de interesses do mercado financeiro por mais espaço e por mais mercado consumidor. E no fim das contas quem arca com todo os gastos é a população, seja pelo não atendimento de sua necessidade, seja pelo dinheiro que tem que dispor de toda forma por um serviço, seja pelos impostos.

Críticos do modelo questionam se o termo parceria público-privada não representa apenas um jogo de linguagem para definir “uma nova forma de privatização” (Minow, 2002, p 230) e terceirização de serviços públicos. Como contraponto ao discurso de eficiência e menor custo, Chong e colaboradores (2006) concluíram que houve aumento de preços ao consumidor final na experiência francesa com PPPs de distribuição de água. Contra o argumento de falta de recursos públicos e atração de investimentos privados, Hart (2003:75) aponta que “nenhum agente é mais apto a fornecer seguros e dinheiro do que o Governo, com seu enorme poder de taxaço”. (THAMER e LAZZARINI, 2015, p.824).

A principal ideia veiculada nessas parcerias está centrada no fato de que a tecnologia precisa estar disponível, da forma mais clara e mais efetiva possível, para garantir à população oportunidades de desenvolvimento de seu potencial de trabalho. (Eiras, 2017). Porém não é isso que vemos, mas o Estado abrindo mão do seu papel. Não há troca de experiências, não há partilha dos riscos, não há um foco na transformação

social. Afinal, a manutenção da desigualdade é o que alimenta a iniciativa privada. Logo é de se questionar e refletir mais sobre esse modelo de gestão.

Talvez os riscos estejam tão somente do lado da sociedade civil, já que as PPPs podem comprometer a própria essência daquilo que vem sendo chamado de serviço público, ou seja, a satisfação das necessidades coletivas. Em nenhuma dessas parcerias, até agora analisadas, encontrou-se passagens em que a preocupação estivesse centrada em garantir de fato os direitos individuais através de uma educação que leve em conta as peculiaridades nacionais, regionais, locais, individuais. Pode-se até pensar que as PPPs criam facilidades em demasia ao capital privado, promovendo a mercantilização dos serviços público (Eiras, 2008, p.134).

Há linhas ideológicas que entendem que não é preciso demonizar esse modelo de parceria, pois, segundo eles, existem pontos positivos e necessários que podem ser extraídos.

Eiras, por exemplo no diz que:

Seu ponto forte encontra-se no fato de o setor privado assumir seu financiamento e seu risco de operação. E, sobretudo, ter um baixo impacto na contabilidade da Nação e apresentar uma melhor transparência nos custos. E, ainda, ao servir-se das PPPs o Estado potencializa a capacidade de gestão do setor privado, melhora a qualidade dos serviços públicos prestados e gera poupanças consideráveis na utilização dos recursos públicos. (EIRAS, 2008, p. 130)

Já Kiefer argumenta que: “verdade, as diversas formas de parceria são utilizadas para tornar a Administração Pública mais moderna e eficiente, dando alternativas para a falta de recursos do Estado, sua burocracia e ineficiência” (KIEFER, 201?, on-line)

Enquanto que Thamer e Lazzarini nos trazem uma visão de benefício mutuo.

Entusiastas da prática enxergam que o modelo traz benefícios para ambos os setores, por meio da possibilidade de ganhos de eficiência e atração de capital de risco (Grimsey e Lewis, 2005), redução de incertezas de longo prazo (Van Ham e Koppenjan, 2001), desenvolvimento de novos produtos e serviços (Hodge e Greve, 2007), estímulo ao empreendedorismo e inovação (Klein et al., 2010), capacidades complementares (Rangan, Samii e Van Wassenhove, 2006) e maior respeito a orçamentos e cronogramas, normalmente pouco confiáveis em processos tradicionais de aquisição do poder público (Grimsey e Lewis, 2004). (THAMER E LAZZARINI, 2015, p. 823).

O que podemos, a priori, perceber é que há uma necessidade do Estado se tornar mais dinâmico, menos burocrático, mais moderno e de fato propor políticas públicas que atendam as demandas sociais com mais eficácia e eficiência.

Mas não devemos pegar como referencial para tal, o setor privado. É preciso sim, desenvolver tecnologias para gerir os programas de governos e as políticas públicas,

porém, o foco sempre voltado para o povo e o bem-estar social, coisa que não existe no setor privado.

Existem duas correntes de pensamento bem consolidadas, uma diz que o Estado não pode perder espaço e manter seu caráter central. Outro diz que o Estado está obsoleto e ineficaz e deve-se abrir espaço para o setor privado. Independente do lado, ambos entendem que as PPPs vão continuar e está se desenvolvendo. Existem pontos serem aperfeiçoados, pontos a serem melhorados, questões a serem debatidas e outras esclarecidas.

Com efeito, o Brasil, infelizmente, segue a tendência mundial de diminuir a máquina e as atividades estatais. E mesmo perpassando correntes teóricas e ideológicas distintas, as PPPs são uma realidade no Brasil e a utilização desse modelo tende a aumentar ao longo dos anos. (Thamer e Lazzarini, 2017).

### **PARCERIA PÚBLICO-PRIVADO NA EDUCAÇÃO E SEUS DESDOBRAMENTOS PARA A GARANTIA DO DIREITO A EDUCAÇÃO**

Entendendo o que é público, o que é privado e o quão delicado e carente de aperfeiçoamento é a PPP, refletiremos sobre essas parcerias na educação, pois dentre os convênios existentes, o da área da saúde e o da educação são os que vem gradativamente se ampliando, em um processo que pode prejudicar, e muito, a educação como um todo.

“A utilização de PPP, no âmbito educacional, nasce da afirmação de que a educação vem passando por uma transformação conceitual, fortemente vinculada às conjunturas econômicas, ultrapassando inclusive os limites das nações”.(Eiras, 2017).

Como já foi dito, as corporações e até mesmo o terceiro setor tem suas regras internas e seu modo operante. Por mais que, muitas vezes as intenções sejam boas, o problema de certas PPPs no âmbito educacional é o desvio do percurso daquilo que se espera da educação, e para isso temos as leis que determinam esse percurso, do que realmente vem acontecendo por meio dessas parcerias.

Arelaro, nos alerta para um ponto importante que vem ocorrendo.

Uma das questões polêmicas na área da educação e que se encontra presente na Constituição Federal (CF) de 1988 é o princípio educacional da gestão democrática. Contraditoriamente, é o único princípio constante da área educacional que teve sua abrangência limitada ao âmbito público, pois, nos termos do artigo 206, item VI, a gestão democrática ficou restrita ao “ensino público, na forma da lei”. (ARELARO, 2007, p. 900)

Como ponto de partida peguemos justamente isso que Arelaro nos traz, a gestão democrática do ensino, prevê a participação da comunidade escolar no processo de escolha daqueles que estarão à frente da instituição de ensino e até mesmo do Projeto Político e Pedagógico. Para a formação de uma escola consciente e cidadã a participação coletiva nos processos é fundamental.

Com o processo de convênios se perde isso, pois o foco está no resultado e não no processo, o que faz com que muitas das decisões tomadas por quem está gerindo a PPP seja arbitrária e/ou não dialogue com a comunidade que o recebe. Por mais que o resultado seja dito como positivo é o processo que faz toda a diferença e sem gestão democrática boa parte do processo se perde.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei n. 9.394/96), ainda que num só artigo, propõe uma participação de caráter mais coletivo no processo de elaboração e decisão do projeto pedagógico de cada escola, prevendo a participação das comunidades escolar e local em “conselhos” escolares ou equivalentes (art. 14). Ou seja, estabelece que o “sucesso” do processo e do projeto pedagógico é fruto de uma reflexão mais coletiva do que tradicionalmente se admitia, e que sua adequação aos interesses e necessidades dos diferentes grupos de alunos definirá a qualidade de ensino. Pode-se deduzir, nesta concepção, que a “qualidade” só é evidenciada na implementação desta inter-relação de fatores (ARELARO, 2007, p. 901)

Participação social é a base da construção educacional, e por mais que muitos grupos do terceiro setor sejam plurais em sua constituição, é necessário um diálogo com a comunidade que receberá a PPP, e fazer desse processo de diálogo um exercício constante. Contudo, os modelos de projetos políticos tendem a chegar prontos, pois o Estado assim o pede e a cartilha será seguida.

A educação requer tempo e atenção para o desenvolvimento de suas ações. Não se pode realizar a toque de caixa, como também os processos demasiadamente morosos atrapalham. Contudo é a participação coletiva nas decisões é importante. É mais uma vez Arelaro quem reforça isso.

A “pressa” nas decisões de políticas públicas compromete esse processo democrático – sempre mais lento – de consulta aos envolvidos. Não se trata de defender um “basismo” inercial, em que a consulta à população signifique um atrofiamento permanente de qualquer decisão rápida da gestão pública, mas de se admitir que a euforia pelos planejamentos de políticas públicas “baixados por decretos” é inócua, pois ineficaz, uma vez que em pouco tempo esses planos caem no esquecimento. (ARELARO, 2007, p. 903)

Quando se fala da iniciativa privada aí que o diálogo diminui, pois o mesmo só existe para atender as demandas do mercado. A escolha do plano de estudo, das metodologias tendem a atender somente as necessidades do sistema capitalista, não para emancipar, mas para criar mais mão de obra trabalhadora, não para criar, mas para reproduzir.

Outro ponto importante é o fato de sucateamento que a educação pública vem sofrendo. Esse sucateamento não é à toa, os governantes juntamente com a iniciativa privada querem que passar uma imagem de que é necessário ceder a gestão para quem vem obtendo bons resultados na educação, no caso, as instituições particulares.

Há uma imagem, de que as instituições particulares é que possuem os melhores métodos de ensino e por isso seus alunos conseguem os melhores resultados, porém isso é uma falácia sem tamanho, pois é necessário entender os sujeitos envolvidos nesse processo educacional e suas origens e condições. Educar é compreender o lugar de onde de se fala e quem fala.



Contudo, os municípios brasileiros se vem abandonados e esperam obter bons resultados nas avaliações educacionais realizadas pelo MEC e com isso acabam vendo nas PPPs a tabua de salvação.

Embora não se possa afirmar que um processo de privatização strito sensu esteja em curso, é evidente que a precariedade de recursos, combinada com as políticas de focalização adotadas no ensino fundamental, tende a induzir os municípios, frente às dificuldades de atendimento da demanda e da oferta de um padrão de qualidade mínimo, a buscar alternativas – e apoio – no setor privado. (Arelaro, 2007, p. 910)

Se formos listar, seriam muitos os gargalos existentes nas PPPs no tocante a educação, pasteurização do ensino, perda da identidade local, educação voltada para o mercado, baixa qualificação profissional (pois os salários e as escolhas dos profissionais são função do setor privado).

Para Eiras o ponto é perda da identidade cultural, com um modelo de ensino de cartilha.

Deixando-se de lado o campo econômico e partindo para as relações sociais, os riscos de homogeneização cultural, educacional e de perda de identidade de países e nações são enormes. Além disso, há ainda muitas incertezas em relação ao mero atrelamento de objetivos educacionais com objetivos econômicos, principalmente pela instabilidade que ronda o mundo das micros e macros economias (EIRAS, 2008, p.137)

Arelaro nos traz dois pontos de vista sobre, os problemas das políticas educacionais pautadas nas PPPs.

A perda de referência em relação à própria definição dos objetivos da escola, ou de sua “missão”, confundindo-se seu objetivo permanente de socialização dos conhecimentos, realizado a partir de uma seleção crítica e variável de conteúdo, considerados os diferentes grupos-classe, que lhes possibilite uma sólida formação intelectual, com um caráter efêmero e quase místico da função da escola – uma escola sem diferenças e desigualdades sociais, em que as novas tecnologias (a internet, em especial) superam as origens de classe. (ARELARO, 2007, p. 911)

De agora em diante, adotado este processo de “transferência do saber” – igual para todos, independente de suas condições de vida e desigualdades sociais –, se o aluno não conseguir êxito escolar, o problema e a responsabilidade poderão ser transferidos a ele e sua família: “culpa” do aluno, porque não se dedica o suficiente às atividades e deveres escolares, e da família, porque não o estimula ou o acompanha na frequência e ritmo necessários. (ARELARO, 2007, p. 916)

Enquanto Eiras, nos fala sobre a perda da identidade cultural, advinda dessas parcerias. Arelaro, nos alerta sobre a perda de identidade da escola e de sua essência, como também, para a transferência da responsabilidade do mal rendimento escolar para o aluno.

O saber vindo pronto e formulado, não respeitando as características individuais e da comunidade, só prejudica o processo de aprendizagem. E o que é mais agravante a metodologia apresentada pelas PPPs são de casos de sucesso em outros lugares, portanto, de acordo com o entendimento dessas empresas gestoras, a réplica do processo é a réplica

do resultado. E caso não ocorra, a responsabilidade e/ou falta de interesse é do sujeito e da comunidade que recebe esse saber. Isso é cruel, desumano e, infelizmente, real em nosso país.

É necessária mais clareza no processo das Parcerias Público Privadas no âmbito da educação, pois a educação trabalha a formação da identidade de um país. São como seus cidadãos são formados. Ouvir e entender os sujeitos envolvidos nesse processo é o fiel da balança. Formar pessoas questionadoras e formadoras de opinião, mas o que se fazer se a ideia central das PPPs é tirar do público e passar para o privado. Tirar do coletivo e passar para as mãos do individual. E Arelaro, nos traz uma reflexão importante.

Mas, afinal, quem vem definindo as políticas públicas em educação e que orientações predominam nessas decisões? Quem avalia se essas políticas são coerentes e pertinentes em relação a uma situação problemática diagnosticada, em especial, quando se trata de um país pobre, com problemas educacionais seculares? O discurso da modernidade é explícito na valorização da qualidade, admitindo, num primeiro momento, diferentes critérios para sua definição e, num segundo, estabelecendo indicadores quantitativos – que não necessariamente têm a ver com as decisões que, histórica e cientificamente, orientaram as intervenções nas políticas sociais. Por outro lado, a admissão de que os “usuários” também podem ser avaliadores das políticas implementadas, pois são eles que experimentam, no cotidiano, as práticas e as consequências dessas ações, não tem se constituído na orientação predominante. (ARELARO, 2007, p. 905).

Por fim, não pretendo demonizar as PPPs, e não acredito que o Estado tenha condições de atender todas as demandas sociais existentes. É necessário a partilha e a construção coletiva para poder gerar crescimento, econômico, social e político. Para se ter uma nação forte, consolidada, consciente, competitiva e etc. é necessário unir esforços e compartilhar as expertises. Porém tudo com muita transparência e com a participação coletiva. Política pública que ter participação do povo, sem isso, nada faz sentido.

Se acreditarmos nisso, só nos resta um dever: remar contra a corrente do capitalismo desumano considerado inexorável e propor, resistindo com novas práticas, que política pública e educacional, para ser “competente”, tem que ter cheiro, voz e ação das “gentes”. Tem que ter ruptura. Tem que ter povo. Humanizado. Informado. E com o sonho de um dia ser feliz, numa sociedade menos injusta e, aí sim, socialmente competente. (ARELARO, 2007, p. 917).

## **Capítulo II**

### **DIREITO A EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL: PROGRAMA, AÇÕES E OMISSÕES**

O art. 1º da Constituição Federal de 1988 diz que o Brasil é uma República Federativa e se constitui em um Estado Democrático de Direito. Já no art. 6º a Carta

Magna define que “são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (BRASIL, 1988). Também é a Constituição que diz que no seu art. 205 que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988).

É a partir desses preceitos constitucionais e normativas correlatas que discutiremos, nesse capítulo, programas voltados para garantia do direito a educação infantil, mas especificamente o Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil- Proinfância, buscando compreender seus objetivos, proposituras e formas de implementação.

A Lei de Diretrizes Bases da Educação Nacional (LDB), Lei 9.394 de 1996, define a educação infantil como a primeira etapa da educação básica, que vai de zero a cinco anos de idade e se subdivide entre creche (0-3 anos) e pré-escola (4-5 anos). Segundo a LDB, essa etapa educativa tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. Para Flores e Mello (201?)

Esta definição legal garante à educação infantil como um todo (creche e pré escola) um status pedagógico que fortalece o direito à educação já sacramentado na Constituição Federal de 1988 – CF/88, considerada um divisor de águas, no sentido de que é a partir desta normativa que a criança pequena tem reconhecido seu direito à educação como um dever do Estado. (FLORES, MELLO, 201?, p 3).

Mas o Brasil é um país que historicamente tem negado o direito a educação ao seu povo, apesar de toda a luta que vem sendo travadas pela sociedade brasileira. Quando se trata da educação infantil, essa negação aparece de forma mais evidente. Estudiosos da área tem demonstrado como, mesmo depois da Constituição de 1988 os direitos das crianças vêm sendo negligenciados. Rezende (2013) aponta que

Até a década de 1990, observou-se um esforço governamental no sentido de universalizar o atendimento no ensino fundamental até que, em 2000, a taxa de frequência à escola, na faixa etária de 6 a 14 anos, chegasse a 93,1%. No que se refere à educação infantil, em 2000, apenas 51,4% das crianças de 4 e 5 anos

de idade frequentavam a creche ou pré-escola e apenas 9,4% das crianças de 0 a 3 anos o faziam. (REZENDE, 2013, p. 15).

Esse baixo atendimento é fruto do não compromisso do Estado Brasileiro aos direitos das crianças, que não tratava suas crianças como sujeitos de direitos e não enxergou a importância da educação infantil na formação do sujeito. Em que pese as demandas, reclamações e pressões sociais estas não foram ouvidas e atendidas. Assim, o Estado nunca se comprometeu efetivamente com o desenvolvimento e implementação de políticas públicas que atendessem as crianças, como sujeitos que têm direitos ao desenvolvimento pleno.

Historicamente o atendimento à criança sempre esteve ligado à perspectiva assistencialista e não educativa, sem que houvesse o entendimento de que se é verdade que os pais precisam trabalhar para prover o sustento, os seus filhos/as precisam muito mais do que um espaço para ficar, essas crianças são cidadãos e precisam ter seus direitos respeitados. Os estudos vêm mostrando que em “muitas regiões brasileiras ainda se tem uma visão assistencialista do trabalho da Educação Infantil. Por esse motivo, uma discussão e uma nova identidade conceitual e sociopolítica da Educação Infantil se mostrou necessária”. (PACÍFICO, FREITAS, MATOS, 2017, p. 234)

Pesquisadoras como Craidy e Silva apontam que

[...] as creches e as pré-escolas surgiram a partir de mudanças econômicas, políticas e sociais que ocorreram na sociedade: pela incorporação das mulheres à força de trabalho assalariado, na organização das famílias, num novo papel da mulher, numa nova relação entre os sexos, para citar apenas as mais evidentes. Mas, também, por razões que se identificam com um conjunto de ideias novas sobre a infância, sobre o papel da criança na sociedade e de como torna-la, através da educação, um indivíduo produtivo e ajustado às exigências desse conjunto social (CRAIDY; SILVA, 2001, p. 2) apud (PACÍFICO, FREITAS, MATOS, 2017, p. 233)

A defesa dos estudiosos e movimentos sociais é para garantia dos direitos das crianças a uma educação infantil de qualidade e para isso é necessário levar em consideração as especificidades da faixa etária atendida, pois tanto o conteúdo como a infraestrutura, precisam promover o real desenvolvimento social, cognitivo e motor da criança. A luta para garantir os investimentos necessários nessa etapa da educação, além de quebrar uma visão, errônea, da sociedade como um todo de que as instituições que atendem crianças de 0 a 5 anos, são meros espaços de passatempo e entretenimento. Essa visão corroborou para que houvesse falta de investimentos em infraestrutura e em profissionais da área. Como apontam PACÍFICO, FREITAS E MATOS (2017)

O senso comum acredita que a pré-escola seja apenas um momento de diversão e passatempo, tem a convicção de que as brincadeiras e jogos são apenas ferramentas para entretenimento, entretanto, a função dos mesmos é muito mais ampla. Na fase da primeira infância é quando se tem um maior potencial de aprendizagem, é quando a criança está se descobrindo, descobrindo o mundo e explorando-o. Segundo Sampaio (2005), a pré-escola não deve ser somente um espaço onde acontece apenas a ocupação do tempo. Deve ser acima de tudo um espaço de uso das diferentes linguagens, dos sentidos e de interação social. O trabalho feito nas pré-escolas precisa proporcionar às crianças novas descobertas e a construção permanente de saberes e apropriação de novos conhecimentos. (PACIFICO, FREITAS E MATOS. 2017, p 235).

É a partir das demandas sociais, por meio das pressões da sociedade civil e entidades da área de educação que a Educação Infantil entra na pauta de discussão das políticas públicas. A incidência de Grupos como o Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil-Mieib e da Campanha Nacional pelo Direito à Educação que a EI entra no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb (Lei 11.494/2017). É também graças as batalhadas travadas por esses grupos que a Emenda Constitucional nº 59 de 2009, aprova a pré-escola como etapa obrigatória da educação básica.

O Plano Nacional de Educação (2014-2024) reafirma o que dispõe a EC 59/2009 ao estabelecer na Meta 1- que o país deverá universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE. (BRASIL, 2014). O Documento final da Conae 2014 corrobora com o exposto e vai além ao aprovar a:

Universalização, até 2016, da educação infantil na pré-escola para as crianças de quatro a cinco anos e 11 meses de idade, com professores qualificados na área, ampliando no campo e na cidade a oferta de educação infantil pública em creches, de forma a atender, com qualidade, 50% da demanda até o 5º ano da aprovação do PNE e 100% da demanda das crianças de até três anos e 11 meses no sistema/rede de ensino, garantindo os parâmetros de qualidade na educação infantil até o final da vigência deste PNE. (BRASIL, 2014 a, p. 68)

A educação de qualidade defendida por esses grupos e no documento final da Conae é aquela que contribui com a formação da criança nos aspectos humanos, sociais, culturais, filosóficos, científicos, históricos, antropológicos, afetivos, econômicos, ambientais e políticos, para o desempenho de seu papel de cidadão no mundo, ou seja, uma educação que forme para à transformação da realidade na construção plena da cidadania e na garantia aos direitos humanos.

## 2.1 O ProInfância e as condições para garantia do Direito a Educação

O ProInfância, segundo informações do Ministério da Educação - MEC, é um programa de assistência financeira ao Distrito Federal e aos municípios para a construção, reforma e aquisição de equipamentos e mobiliário para creches e pré-escolas públicas da educação infantil. O objetivo, segundo consta no site do MEC, é garantir o acesso de crianças a creches e escolas de educação infantil públicas, especialmente em regiões metropolitanas, onde são registrados os maiores índices de população nesta faixa etária.

Assim, a resolução nº 06 de 24 de abril de 2007, do FNDE, ao dispor sobre o o programa define que esse foi planejado considerando, sobretudo:

a necessidade de promover ações supletivas e redistributivas, para a correção progressiva das disparidades de acesso e de garantia do padrão mínimo de qualidade de ensino; o firme propósito do governo de proporcionar à sociedade a melhoria da infraestrutura da rede física escolar de Educação Infantil; que a necessidade de construção de creches e escolas de Educação Infantil é uma realidade em muitos municípios e, a necessidade de reestruturação e aquisição de equipamentos para a rede física escolar de Educação Infantil para ajustá-las às condições ideais de ensino-aprendizagem. (BRASIL, 2007)

Nesse sentido, informa a resolução que os recursos financeiros do Programa se destinam à cobertura de despesa de investimentos em construção, reforma, equipamentos e mobiliários para creches e escolas públicas das redes municipais e do Distrito Federal, isso Como apontado no tópico anterior, a ampliação da oferta de vagas para a educação infantil entrou na agenda das políticas educacionais brasileiras nas últimas décadas, por pressão da sociedade. Os Planos Plurianuais e os Planos Nacionais de Educação apresentam sempre a necessidade de ampliação do atendimento escolar infantil. Segundo Resende (2017)

O Proinfância teve duas fases, uma Pré-PAC que conveniou 2.543 unidades entre 2007 e 2011 e outra chamada de PAC 2 (segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento) que teve início em 2011 e tem como meta a aprovação de 6.000 unidades até 2014. No entanto, o percentual de unidades concluídas (39,68%) na fase Pré-PAC aponta que há uma baixa execução do programa, o que evidencia falha nos mecanismos de implementação, bem como de monitoramento e avaliação. (REZENDE, 2013, p. vii)

O PROINFÂNCIA, trouxe a visão de que para se ter uma educação de qualidade, era necessário mais do que profissionais de qualidade, mas era necessário ter uma estrutura física que possibilitasse a todos os envolvidos, principalmente as crianças, uma prática educacional mais dinâmica, ágil e integradora.

Essa visão de que era importante investir em infraestrutura estava tão imbuída nos governantes que em 2008, é publicado o Decreto 6.494, de 30 de julho de 2008, que reforça e formaliza o que já havia sido dito na Resolução nº 06, de 2007 do FNDE.

Uma importante diferença entre o decreto e a resolução é que aquele traz três objetivos de forma bem clara, quais sejam:

I - a expansão da rede física de atendimento da educação infantil pública;

II - a melhoria da infra-estrutura das creches e pré-escolas públicas já existente nas redes municipais e do Distrito Federal; e

III - a ampliação do acesso à educação infantil, contribuindo para a melhoria da qualidade da educação. (Ibid.). (REZENDE, 2013, p 42).

Mas afinal, que tipo de estrutura estamos falando? Qual o modelo de construção que o programa adota?

As escolas construídas obedecem aos ambientes que o programa tem como imprescindíveis, como: sanitários, fraldários, salas de aula, sala multiuso, recreio coberto, parque, refeitório e outros mais, em que possam ser desenvolvidas atividades recreativas, pedagógicas, esportivas e de alimentação, além dos espaços para o administrativo e de serviço. (PACIFICO, FREITAS E MATOS.2017)

Os municípios que recebem os recursos do PROINFANCIA, recebem um manual, onde tudo está detalhado, todas as características que o prédio deve ter. E nada pode ser modificado, pois o que essa política nos traz de entendimento de que o espaço físico influencia na formação do sujeito.

Os espaços da Educação Infantil devem ser acolhedores, dinâmicos, envolventes, possibilitar intervenções e auxiliar no desenvolvimento da autonomia da criança. Portanto, as crianças precisam de espaços em que possam desenvolver suas potencialidades ao máximo. Esteban (2005, p. 32) corrobora essa ideia e afirma que:

[...] O cotidiano escolar se insere nesse movimento de descoberta do mundo, de construção da subjetividade e de interação com a vida social. Os caminhos deixam de ser prévia e logicamente traçados, os comportamentos linearmente hierarquizados e atentamente observados, comparados e classificados. Assume-se que, no período pré-escolar, a criança está construindo conhecimentos e que esta construção é essencialmente coletiva. (PACIFICO, FREITAS E MATOS, 2017, p. 234).

Os três autores ainda reforçam a importância de se ter um espaço de educação infantil adequado.

O ambiente escolar deve ser pensando a fim de contribuir para o melhor desenvolvimento infantil. David e Weinstein (1987) asseveram que os ambientes destinados a crianças devem atender ao menos 5 (cinco) funções, sendo elas: um ambiente que colabore na construção de identidade pessoal; que contribua para o desenvolvimento de habilidades e competências; que promova o crescimento intelectual, motor e social da criança; que seja um ambiente que transmita uma sensação de confiança e segurança; e que oportunize o contato social e momentos de privacidade para as crianças. Desta forma, o ambiente

pode contribuir para o pleno desenvolvimento da criança. Carvalho e Rubiano (2010) também destacam a importância do ambiente na interação entre as crianças e entre as crianças e os adultos. Segundo as autoras o arranjo espacial (que diz respeito ao modo como equipamentos e móveis de um ambiente estão dispostos), pode influenciar no tipo de interação entre as crianças e entre as crianças e adultos. (PACIFICO, MATOS E FREITAS, 2017, p. 236).

O ponto crucial desse Programa é a utilização do espaço físico. E com isso ele traz uma série de reflexões e contribuições para as políticas públicas de educação infantil, pois ele faz com que tanto os municípios, como os governantes, conheçam o que é um espaço de educação infantil de qualidade. E ainda público.

Tendo referencial é mais fácil exigir e mais fácil ter embasamento para comprovar o que se quer para o desenvolvimento de uma determinada comunidade. a proposta do programa possibilitou o entendimento de que qualidade começa pelo espaço até chegar no atendimento.

Um dos gargalos encontrados para o desenvolvimento dessa política, foi o tamanho do nosso país, manter um padrão de qualidade nas construções é muito complexo. Diante de tal fato algumas medidas foram tomadas.

Uma dessas estratégias foi a realização do —1º Encontro Nacional do Proinfância organizado por técnicos da COEDI/MEC e FNDE/MEC em Brasília. O evento foi direcionado a arquitetos e engenheiros do primeiro grupo de entes federados que aderiram ao programa. Ocorreu entre os dias 25 e 29 de Maio de 2009. Tal momento foi justificado, principalmente, porque as plantas arquitetônicas são padronizadas e o FNDE não permite que os Municípios realizem alterações no projeto. (COSTA, 2015, p. 107).

Com o objetivo de garantir o padrão proposto no projeto do Proinfância o FNDE/MEC disponibilizou um Manual de Orientações Técnicas<sup>28</sup>, com um passo a passo para a construção do prédio, especificações de materiais, medidas e até móveis que podem ser adquiridos com os recursos disponíveis para o Município participante. Neste Manual de Orientações Técnicas são descritos com precisão cada detalhe da obra, como tipo de material, acabamentos, medidas dos espaços, enfim, todas as características dos serviços que devem ser executados pelo Município. (COSTA, 2015, p.102).

GOMES, 2011. Nos traz uma reflexão interessante.

A ideia é que os espaços construídos/reformados/equipados reflitam a concepção de uma educação infantil que respeita as necessidades de desenvolvimento da criança em todos os seus aspectos: físico, afetivo, cognitivo e criativo. Para além da constatação objetiva da existência/cumprimento de determinados indicadores, é interessante conhecer a valoração ou as impressões da comunidade escolar sobre o projeto implementado. (GOMES, 2011, p. 19)

A autora nos alerta para um problema crasso da maioria das políticas públicas implementadas no Brasil, a falta de diálogo com quem recebe a política. É de suma importância que o Estado ouça e dialogue com a comunidade escolar, para saber se aquilo que foi proposto está atendendo as necessidades específicas daquela região. Pois por mais que o prédio vise uma integração e um desenvolvimento do educando, isso só ocorrerá se



as partes envolvidas se sentirem acolhidas e apropriadas do espaço. O espaço é público e é fundamental que a comunidade tenha entendimento de que ela pode usufruir do mesmo.

Contudo, além da padronização arquitetônica e de mobiliário, seriam necessários uma capacitação e um acompanhamento dos profissionais que estariam atuando nesses espaços. Pensar em como utilizar da melhor maneira possível tudo o que está sendo oferecido é um desafio para os educadores e profissionais que trabalharão nos prédios do PROINFÂNCIA. Porém o programa não prevê um acompanhamento tão de perto no tocante a equipe que trabalhará. De fato, o foco dessa política é outro.

Existe, também, a possibilidade de assessoria do MEC aos municípios conveniados, no que se refere a temas relativos à implementação do trabalho pedagógico para essas unidades, a partir das consultorias do Ministério da Educação nos estados. (FLORES E MELO, 201?, p. 8).

Outro fator interessante nessa política é a possibilidade de diálogo entre o governo federal e os municípios. Essa aproximação poderá resultar em uma série de benefícios para o aperfeiçoamento da política de Educação Infantil.

Para participar desse Programa é necessário que o município atenda algumas exigências do MEC. E foi criada uma classificação para poder haver a liberação do recurso para construção dos prédios.

O MEC exige que os Municípios façam a adesão ao Plano de Metas e elaborem o Plano de Ações Articuladas (PAR) de sua localidade para receber essa assistência (FNDE/Notícias/2008). O MEC e o FNDE estabeleceram critérios para classificação dos municípios interessados em aderir ao Programa, segundo três dimensões:

- a) populacional: prioridade aos municípios com maior população na faixa etária considerada, maior taxa de crescimento da população nessa faixa etária e como maior concentração de população urbana;
- b) educacional: prioridade aos municípios com menores taxas de defasagem idade-série no ensino fundamental e com maiores percentuais de professores com formação em nível superior;
- c) vulnerabilidade social: prioridade dos municípios com maiores percentuais de mulheres chefes de família, com maiores percentuais de jovens em situação de pobreza e com menores disponibilidades de recursos para financiamento de educação infantil. (FNDE/Proinf/legislação, 2008). (FLORES E MELO.201?, p.8).

Outros critérios se somam aos supracitados.

O FNDE estabeleceu também a infraestrutura para cada unidade do Proinfância, contando com as prefeituras para a disponibilização de um terreno de, no mínimo, 2.800 metros quadrados para realização da obra, exigindo uma licitação para sua execução. Para a avaliação dos projetos, além dos critérios acima indicados, somam-se o resultado do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), situação de vulnerabilidade social e número de mulheres em atividade no município. (FLORES E MELO, 201?, p 8 ).

É importante saber quais os critérios utilizados para que um determinado município receba uma política pública, pois dessa forma, percebemos o quão interligado e o quão abrangente serão os impactos da política.

Há uma teia interligando cada parte da sociedade e o impacto de uma política pode ser maior se os pontos atingidos dessa teia forem os corretos. Por isso, os governantes precisam ter sensibilidade para poder entender que a construção de uma escola de educação infantil de qualidade é muito mais do que um simples prédio, é um ato de transformação social.

Por sorte os municípios têm se interessado pelo PROINFÂNCIA, isso, em tese, mostra uma crescente onda de interesses pela questão da educação infantil. Porém, o curioso, é que nas regiões onde se mais precisa de creches e de pré-escolas a procura tem sido menor.

Foi divulgado pelo FNDE/MEC<sup>40</sup>, que, cerca de 77% dos Municípios brasileiros solicitaram adesão ao Proinfância, o que corresponde a cerca de 4,3 mil Municípios inscritos. De acordo com o órgão, mesmo a maior parte das inscrições sendo registradas no Sul e Sudeste do país, todas as regiões manifestaram interesse no Programa. O FNDE/MEC ainda aponta que a Região Norte foi a que menos demandou, mesmo sendo a região, de acordo com o IBGE<sup>41</sup>, com a menor oferta de creches. (COSTA.2015, p. 111).

A efetivação de uma política como o PROINFÂNCIA, passa diretamente pelo interesse dos governantes, pois os dados acima nos mostram que onde se mais precisa é onde os governantes menos tem interesse em buscar recurso para implementação do Programa.

É evidente há um interesse, de alguns governantes, pela desvalorização da educação e pela manutenção de uma política assistencialista para a educação infantil.

Ainda são muitos os problemas existentes no que tange a educação infantil no Brasil. Como nos alerta GOMES,2017.

Além da infraestrutura física insuficiente, falta um olhar educativo sobre as creches: a formação dos profissionais é deficiente, faltam recursos pedagógicos, há baixa capacidade de supervisão e insuficiente informação sobre essa etapa. Há pouca articulação entre as políticas setoriais, o que dificulta um trabalho mais integrado entre educadores e outros profissionais, como da área de saúde, para oferecer uma atenção efetivamente integral à criança. (GOMES.2011, p. 19).

O cenário ainda não é dos mais favoráveis para o desenvolvimento de uma política de educação infantil mais efetiva e atuante. Que de fato forme, capacite e emancipe.

E neste caso, ousou dizer que a culpa, não sei se é o melhor termo, mas o usarei, a culpa não é só dos governantes ou da população. Mas nós educadores temos que mudar nossa ótica sobre a educação infantil. Desenvolver mais pesquisas, buscar desenvolver novos modelos pedagógicos que dialoguem com esse público específico.

Diante de tantos gargalos o PROINFÂNCIA, aponta para certas direções que dependendo de quem estará à frente do governo poderemos ter uma melhora significativa nas políticas de educação infantil.

GOMES, aponta alguns pontos a serem melhorados no programa.

[...] a retroalimentação do programa, sua manutenção e expansão, bem como à ideia de oferecer elementos para melhorar a transparência e a prestação de contas à sociedade. Ao investir, de forma suplementar, em infraestrutura, formação profissional, informação, gestão e articulação intragovernamental nessa fase de forte crescimento da oferta de creches, minimizam-se os riscos de mais um processo de expansão quantitativa sem cuidados com a qualidade. Adicionalmente, a ação da União, ampliando os investimentos em instituições de educação infantil e induzindo a adoção de padrões mínimos de qualidade, oferecerá enorme contribuição para que de fato se alcance o desenvolvimento integral das crianças atendidas e trajetórias escolares mais exitosas no ensino fundamental. (GOMES.2011, p. 19)

O PROINFÂNCIA, é um programa que trouxe consigo, reflexões importantes sobre a política de educação infantil. O entendimento de que o espaço onde se aprende é de suma importância para o desenvolvimento da criança e de que a integração entre o governo federal e municípios, o diálogo entre esses dois entes é fundamental para a educação brasileira.

### Capítulo III

#### **OS CENTROS EDUCACIONAIS DA PRIMEIRA INFÂNCIA – CEPI NO DISTRITO FEDERAL E A PRIVATIZAÇÃO DA OFERTA**

Centro Educacional da Primeira Infância-CEPI foi a nomenclatura utilizada no Distrito Federal para nomear os equipamentos construídos por meio do PróInfância. Segundo a SEEDF “o termo “*creche*” para referir-se a essas unidades de ensino seria equivocado, visto que a legislação (LDB) preconiza que creche é o atendimento a criança de 0 a 3 anos”. (SANTOS, 2016, p. 58). Assim, o uso da nomenclatura CEPI, “deu-se pelo fato de a educação da primeira infância compreender a faixa etária de 0 a 5 anos, que no caso desses equipamentos que estão sendo inaugurados no Distrito Federal, frutos da

parceria com MEC/FNDE, destinam-se exatamente a essa faixa etária (SANTOS, 2016, p. 57).

Embora o Distrito Federal tenha pactuado com o governo federal a construção de cento e doze (112) CEPs, até o ano de 2015, até o ano de 2018 foram construídas 48 (quarenta e oito), sendo que Samambaia é a região administrativa com maior número, 13 (treze) unidades no total.

Com exceção da cidade de Brazlândia que possuem três CEPs onde um atende 112 (cento e doze), outro 120 (cento e vinte) e o terceiro atende (124), cada unidade dos CEPs – DF atende 136 (cento e trinta e seis) crianças de 0 a 5 anos, por um período integral de 10 horas. A secretaria de educação não oferece maiores informação que explique o motivo dessas três unidades atenderem um número menor de crianças.

Como pode ser observado no segundo capítulo e nos primeiros parágrafos desse terceiro, os CEPs são instituições públicas, construídas com verbas públicas advindas da parceria com o governo federal, por meio do programa Proinfância e pelo Programa de Aceleração do Crescimento – PAC I e II. O processo de gestão dessas instituições, no entanto é feito pela iniciativa privada, por meio convênio com instituições privadas. Todo corpo de trabalhadores (professores e demais trabalhadores) são do setor privado, tendo seu contrato de trabalho regido pela *Consolidação das Leis do Trabalho* (CLT) nº 5.452/43. Esse processo difere das demais instituições públicas de educação do DF, que tem seu quadro de professores, gestores e grande parte dos demais servidores do sistema concursados.

### **3.1 Centro Educacional da Primeira Infância-Cepi no DF: um cenário em construção**

Através da Portaria Nº 304, de 21 de setembro de 2016 a Secretaria de Educação Instituiu a Comissão do Chamamento Público com o objetivo de firmar parceria entre a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal e Instituições Educacionais Comunitárias Confessionais. De acordo com o chamamento público, realizado pela Secretaria de Educação do DF, as instituições deveriam ter no mínimo dois anos de existência (ou experiência) trabalhando com educação infantil e que suas unidades estivessem no DF.

Após a comissão ter sido instituída, foi feito um chamamento público para as entidades interessadas em firmar convênio com o GDF para gerir as CEPs. O Edital de Chamada Pública nº 02/2017, foi publicado no dia 28 de abril de 2017.

O resultado desse chamamento apontou que 13 intuições foram selecionadas para fazer a gestão das 48 unidades dos CEPIS.

As instituições são:

- Associação Comunitária AFMA
- Associação Beneficente Coração de Cristo
- Associação Beneficente Evangélica
- Associação Cruz de Malta
- Casa de Ismael – Lar da Criança
- Centro Social Comunitário Tia Angelina
- Creche Renascer – Escola Tio Pedro
- Hotelzinho São Vicente de Paulo
- Instituto de Apoio ao Desenvolvimento Humano Éden
- Instituto Pax at Vitae
- Lar da Criança Padre Cicero -
- Lar Educandário Nossa Senhora Mont Serrat
- Sociedade Espirita de Amparo ao Menor Caso do Caminho

O chamamento público foi, segundo a secretaria, amparado pelas seguintes legislações.

O instrumento convocatório tem por princípios básicos a estrita observância da isonomia, da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa e da transparência, motivadores para as ações dos Agentes Públicos, regido pelos seguintes diplomas legais:

- Constituição Federal, em especial pelos artigos 205 a 214 e 223;
- Emenda Constitucional nº 53/06, que dá nova redação aos artigos 7, 23, 30, 206, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;
- Lei Orgânica do Distrito Federal;
- Lei Federal nº 13.019/2014 e suas alterações pela Lei nº 13.204/2015;
- Lei Federal nº 10.172/01, que institui o Plano Nacional de Educação e Define Diretrizes e Metas Para a Educação Nacional;
- Lei nº 5.499/2015 Plano Distrital de Educação, de 14 de julho de 2015;
- Lei Federal nº 11.274/06, que altera a redação dos artigos 29,30,32 e 87 da Lei nº 9.394/96, dispondo sobre a duração de 9 anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir de 6 ano de idade;
- Lei Federal nº 11.494, de 20 de junho de 2007 (FUNDEB);

- Lei Distrital nº 4.049, de 04/12/2007, que trata das subvenções sociais;
- Resolução CNE nº 05/09, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil;
- Resolução nº 01/2012 – Conselho de Educação do Distrito Federal – CED F;
- Decreto Distrital nº 37.120/2016, de 16 de fevereiro de 2016, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal de 17 de fevereiro de 2016.
- Decreto Distrital nº 37.843, de 13 de dezembro de 2016, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal de 14 de dezembro de 2016.

Os convênios estabelecidos têm a vigência de 54 (cinquenta e quatro) meses, com possibilidade de prorrogação, caso haja necessidade. No termo de parceria não estipula o tempo da prorrogação do convênio. Só que caso haja necessidade ele será prorrogado.

No chamamento público as exigências para participação do processo de seleção são mínimas. Exige apenas que as entidades tenham como finalidade estatutária a educação infantil e que a mesma crie possibilidades para a permanência da criança na escola.

Por cada criança matriculada a instituição receberá R\$ 743,53 (setecentos e quarenta e três reais e cinquenta e três centavos). Portanto, para gerir uma unidade por 54 meses e atendendo 136 crianças uma instituição receberá o valor de R\$ 5.489.860,32 (cinco milhões, quatrocentos e oitenta e nove mil, oitocentos e sessenta reais e trinta e dois centavos).

A liberação desses recursos se dará mediante o Plano de Trabalho apresentado pela instituição à Secretaria de Educação do DF.

O Termo de colaboração do convênio é estabelecido pela Secretaria de Educação do DF e tem obrigações recíprocas para a execução da educação infantil.

Conforme o que foi apresentado até o momento, e baseado nos documentos em anexo. Podemos refletir que a Secretaria de Educação entendeu que é mais prático e menos dispendioso financeiramente, repassar a gestão das CEPIS para as organizações da sociedade civil.

Porém existem certos gargalos no processo que precisam ser analisados. Como por exemplo, o fato do Estado construir um espaço, mobiliá-lo e logo em seguida passar o mesmo para uma instituição privada gerir. Por mais que em seu cerne, muitas dessas instituições sejam consideradas sem fins lucrativos e do terceiro setor, porém não deixam de se encaixar no segmento da iniciativa privada.

Há tanto no chamamento público como no termo de parceria, um enfoque mais na parte de gestão financeira do que numa avaliação de um plano pedagógico.

Portanto, percebe-se um processo muito similar ao debate de privatização que vimos no capítulo 1 deste texto. A ideia de que a relação custo benefício está à frente de qualquer outro fator. A ideia de que a iniciativa privada consegue gerir melhor e com menor custo está claramente observada nesse processo das CEPIS no Distrito Federal.

Outro fator alarmante é que em apenas 07 (sete) unidades existe atendimento para ensino especial com enfoque em inclusão. Uma unidade em Águas Claras, uma em Planaltina, duas em Samambaia e três em Santa Maria. Um número muito baixo levando em consideração a quantidade de CEPIS existentes.

E, nem no chamamento público e nem no termo de parceria, realizar atendimento de ensino especial é citado ou levado como um fator diferencial para as instituições que fossem selecionadas.

Há, portanto, um enfoque em pontos meramente administrativos e deixa-se de lado aspectos importantes no processo de formação do sujeito como cidadão. Não levar em consideração a formação de crianças com necessidades específicas é um erro.

Porém, sabe-se que as instituições privadas tendem a evitar trabalhar com esse público, pois, alegam que o custo é maior e há uma necessidade de profissionais específicos para atender e acompanhar esses alunos.

Outros fatores cabíveis de reflexão estão inseridos no contexto valor do aluno. De acordo com o que propõe o convênio das CEPIS cada aluno custará R\$ 743,53 (setecentos e quarenta e três reais e cinquenta e três centavos). Porém, é importante ponderar que historicamente, como já foi visto no capítulo dois a educação infantil, sempre foi ignorada e menosprezada pelo Estado e até pela sociedade. Dita como apenas assistencialismo ou mero espaço para entreter as crianças.

O que nos faz pensar que se a ideia dos convênios é diminuir custos e gastos, será que com isso se diminuirá a qualidade da formação e da educação recebida pelo aluno?

A educação infantil é uma etapa importante do processo de formação do sujeito. É necessário toda uma equipe qualificada e dedicada a essa etapa da educação. E profissionais qualificados, dedicados e estimulados, tem um custo diferenciado.

É necessário investir mais em educação e não cortar gastos. Esse discurso parece senso comum, porém é comprovado que países que investem em educação conseguem um retorno a médio e longo prazo mais eficaz.

De acordo com o chamamento público e o termo de parceria, o Plano Político Pedagógico será construído coletivamente pela comunidade escolar. Porém uma faceta extremamente importante da educação se perder no processo na construção dos convênios das CEPIS que é o da gestão democrática.

A gestão democrática do ensino é um avanço que se perde no processo dos convênios. E com ele perde-se a capacidade de interferência nos rumos e na visão que a escola deve tomar. Mais do que escolher quem estará à frente da escola, a gestão democrática permite a comunidade escolar, pensar, refletir e escolher o que mais se encaixa nas necessidades dela naquele momento.

Entregar a gestão das CEPIS para o terceiro setor é estipular que haverá um caminho e um modo de caminhar único. Por mais que seja previsto que é necessário a integração com a comunidade e que o Plano Político Pedagógico seja construído coletivamente, a escola tem uma ideologia construída e dificilmente abrirá mão.

Pois como vimos anteriormente, as instituições privadas têm suas próprias leis e regras internas e por mais que essas leis, normalmente, não vão contra o Estado e a constituição, elas não se adequam as mudanças sociais que ocorrem nas comunidades escolares.

Por mais falhas que uma escola pública tenha, ela ainda é pública e há uma variedade de pensamentos, de ideias e de propostas. Vivemos uma efervescência de novos conceitos, novas famílias, novas abordagens. Raça, gênero, identidade, valores e etc. estão sendo debatidos e construídos nos espaços educacionais públicos. Contudo os espaços privados, tendem a deter os rumos do que é ensinado e debatido dentro de suas instituições. A visão sobre um determinado assunto não é a do coletivo, mas sim do privado.

Um educador, da rede pública, que queira passar um determinado tipo de conhecimento ou informação para seu aluno, pode até encontrar resistência por parte da direção da escola, mas pelas regras ele pode sim apresentar a sua proposta de conteúdo. Porém, é um espaço privado, isso não ocorre, ou você anda de acordo com o que pensam os gestores ou você simplesmente está fora. Ou se adequa ou sai.

Essa reflexão se faz pertinente, pois se observarmos os nomes das instituições que estão gerindo os 48 (quarenta e oito) CEPIS existentes, há uma forte presença religiosa em suas bases. Isso, muitas vezes, deturpa o que deveria ser ensinado e a visão passa a ser única e gera um distanciamento daquilo que a criança vê na escola para aquilo que ela vive em sua realidade.



O julgamento de que pelo fato dessas instituições serem origem religiosa elas estão ensinando aos alunos somente sobre sua ótica de fé é um erro, porém sem mecanismos de acompanhamento, monitorando e publicização do que ocorre dentro das CEPIS, fica difícil avaliar.

O governo está acomodado e certo de que esse é o caminho para a educação infantil. Uma política de convênios e parcerias. Baseado somente na relação custo benefício. Onde fatores pedagógicos, ideológicos, democráticos e educacionais não estão inseridos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS.**

Não só no Distrito Federal, mas também em todo o mundo vivemos um processo onde a iniciativa privada amplia cada vez mais seus tentáculos e sua linha de ação.

O Estado, é pressionado a abrir espaço para as novas formas de gestão e muitas vezes é conivente com tudo que ocorre. Os governantes estão alinhados, aliançados e dependentes dos grandes empresários. Ou pior, usam o terceiro setor como forma de manipular políticas públicas e assim, passar para as organizações da sociedade civil aquilo que lhe cabia.

As políticas públicas de educação infantil no Brasil são recentes, experimentais e, em muitos casos, mal geridas. A visão assistencialista e de entretenimento que essa etapa da educação tem gera todo um atraso em seu crescimento como política pública.

A ideia de se construir espaços físicos adequados para o ensino de crianças de zero a cinco anos foi inovadora e de extrema importância para o Brasil. Porém os rumos que a política nacional vem tomando, ameaça um retrocesso nessa caminhada que o país estava dando.

A política dos CEPIS no DF, carece de maior atenção e estudo, pois caminha-se para um processo de privatização do ensino. A lógica já está implantada. Assumir que não se tem pessoal ou condições de assumir uma etapa do ensino é passar para a população que o Estado não tem condições de gerir a educação.

Construir equipamentos públicos de qualidades e entrega-los ao setor privado, todo mobiliado e com manutenção das instalações garantidas pelo governo é um ato vergonhoso.

A educação não é mercadoria, é uma ferramenta de transformação e emancipação. É um espaço onde nos descobrimos sujeitos inseridos socialmente e cidadãos capazes de compreender seus deveres e lutar pelos seus direitos.

A educação infantil é uma etapa essencial para o ser humano. Ter uma educação de qualidade desde o berço é fundamental para um sujeito. E, infelizmente, no DF estamos passando essa responsabilidade para instituições, muitas delas religiosas, para que as mesmas cuidem e sejam as responsáveis por algo deveria ser obrigação do Estado.

O discurso é que passar a educação para o setor privado gera um baixo custo aos cofres. Porém é só no futuro que ao observamos a sociedade que teremos é que saberemos o real custo disso que foi feito.

## REFERÊNCIAS

- EIRAS, Norma Suely Siqueira. **A Educação Rumo à Parceria Público Privada.** EDUCAÇÃO: Teoria e Prática - v. 18, n.30, jan.-jun.-2008, p.127-139.
- THAMER, Rogério, LAZZARINI, Sérgio Giovanetti. **Projetos de parceria público-privada: fatores que influenciam o avanço dessas iniciativas.** Rev. Adm. Pública — Rio de Janeiro jul./ago. 2015 p. 819 – 846
- ARELARO, Lisete R.G. **Formulação e implementação das políticas públicas em educação e as parcerias público-privadas: Impasse democrático ou mistificação política?** Educ. Soc. , Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 899-919, out. 2007. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>
- ANTUNES, Marco António. **O público e o privado em Hannah Arendt.** [www.bocc.ubi.pt](http://www.bocc.ubi.pt). p. 1 – 14
- OLIVEIRA, Maria Celenei de, GIMENES, Éder Rodrigo, **A construção dos conceitos de público e privado no Brasil, segundo Autores Clássicos do pensamento social brasileiro: uma interpretação sobre o cenário de ação do terceiro setor.** Caderno de Administração da Universidade Estadual de Maringá. 2009. p. 84 – 94
- KIEFER, Sandra Filomena Wagner. **As parcerias público-privadas na área de educação – ensino fundamental.** Trabalho resultante de pesquisa no Grupo de Trabalho de Políticas Públicas, Direitos Fundamentais e Desenvolvimento do Mestrado em Direito da Universidade Cândido Mendes – UCAM.
- Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=133b3752e52bae42>
- REZENDE, Leonardo Milhomem, **Monitoramento e avaliação do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil – PROINFÂNCIA: Uma proposta metodológica.** Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Brasília – UnB. 2013
- FLORES, Maria Luiza Rodrigues, MELLO, Débora Teixeira de, **Ampliação do acesso à educação infantil via PROINFÂNCIA: Análises de uma política pública em colaboração.** (201?)
- PACÍFICO, Juracy Machado. FREITAS Sirley Leite. MATOS, Natasha Souza. **PROINFÂNCIA e escolas de educação infantil: um estudo sobre a implantação em estado da região norte.** RIAEE – Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, v.12 , n.1 , p. 228-242, 2017.
- RESOLUÇÃO nº 06 de 24 de abril de 2007, do FNDE – Brasil.

DECRETO nº 6.494, de 30 de julho de 2008

COSTA, Sandro Coelho. **Programa PROINFÂNCIA: considerações sobre os efeitos nas políticas municipais de educação infantil.** Tese apresentado ao Programa de PósGraduação em Educação, Conhecimento e Inclusão Social, da Faculdade de Educação/UFMG como requisito parcial a obtenção do título de doutor em educação. 2015.

GOMES, Ana Valeska Amaral. **Educação infantil: por que mais creches?** Consultoria Legislativa da Área XV: Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia. Junho de 2011.

SANTOS, Adil Silva Pereira dos, **Infância e criança: um estudo em representações sociais com professores de Centros de Educação da Primeira Infância – CEPIs / DF.** Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Brasília/UnB, como exigência parcial para obtenção do título de mestre em Educação, 2016.